

PROJETO DE LEI N.º , DE 2011
(Do Sr. Fábio Trad)

Acrescenta dispositivo à
Consolidação das Leis do Trabalho, para
dispor sobre a estabilidade no emprego do
trabalhador cônjuge ou companheiro de
gestante.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada
pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigor com o
seguinte art. 492- A:

*“Art. 492-A. Os cônjuges ou companheiros
empregados não poderão ser despedidos arbitrariamente,
desde o momento da comunicação da gravidez ao
empregador até o fim do período de licença maternidade
da esposa ou companheira.*

*Parágrafo único. Compreende-se por despedida
arbitrária aquela que não decorre de falta grave, de grave
perturbação econômica, de relevante motivo econômico,
de extinção da empresa ou circunstância de força maior.”*

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Constituição Federal e a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) constituem diplomas jurídicos que albergam uma abrangente rede de proteção ao emprego do trabalhador. Fica claro, pela leitura destas cartas de direitos do trabalhador, que a garantia de emprego e a proteção à família do trabalhador são bens jurídicos preciosos em nossa legislação trabalhista.

Nesse sentido, a assunção de mais um ser na família do trabalhador, indiscutivelmente, traz consigo inúmeras transformações no seio do ambiente doméstico, seja no tocante ao aspecto psicológico dos pais, preocupados com a necessidade de resguardar materialmente as condições de sobrevivência do nascituro, seja no aspecto material, com a inevitável elevação das despesas decorrentes de todas as vicissitudes que envolvem as fases da gravidez e do nascimento.

Dispensar o trabalhador nesse conturbado e delicado momento de sua vida é ato que pode ser evitado por meio de vedação legal proposta, ressaltando-se as situações previstas no art. 482 da CLT que constituem justa causa para rescisão do contrato de trabalho pelo empregador.

A proposição, em sendo aprovada, dará tranquilidade a todos os membros da família com a garantia da manutenção do emprego daquele que é o principal provedor da estrutura familiar.

Por todo o exposto, esperamos contar com o apoio de nossos ilustres Pares, para a aprovação da presente proposição, por consubstanciar proposta de relevante interesse público.

Sala das Sessões, em de de 2011.

Deputado Fábio Trad